

PROCESSOS FORMATIVOS E A ESCOLA: O ATO EDUCATIVO, A CRIANÇA E O MESTRE NO QUADRO DA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ROUSSEAUNIANA

*Neiva Afonso Oliveira
Avelino da Rosa Oliveira
Patrícia Manetti Becker*

Resumo: O texto discute aspectos da formação humana com base na pedagogia de Jean-Jacques Rousseau. Mostra a atualidade das propostas rousseaunianas em elementos como o envolvimento do mestre com seu alunos, a disciplina, os limites e o papel da escola na formação do jovem. Conclui que a escola e os demais ambientes educacionais são decisivos para desenvolver a consciência de si da criança em relação aos outros.

Palavras-chave: Jean-Jacques Rousseau, processos formativos, formação

In English

Abstract: The text discusses aspects of human education based on Rousseau's pedagogy. It shows the actuality of rousseaunian proposals in elements such as the involvement of the teacher with his students, the discipline, the limits and the role of school in youngster's education. It concludes that school, as well as all other educational environments, are crucial to develop the child's self-consciousness in relation to others.

Key-words: Jean-Jacques Rousseau, educational process, education

Uma das diretrizes interessantes para entendermos a educação e formação humanas, na atualidade, é buscar contribuições e subsídios do passado, a fim de estabelecermos uma relação que nos ajude a repensar e a refletir sobre as transformações ocorridas. Mudanças fazem parte de um processo histórico, que vêm interferir em nossos costumes; por isso, quando mencionamos tradicionalismo em educação, levamos em conta aquilo que aprendemos por meio da transmissão de conhecimento entre as gerações. É inegável que a educação e a formação alimentam-se dos elementos da tradição e admitirmos isto não significa sermos conservadores; antes, aponta para a coerência com a ideia de que os processos formativos vão se constituindo na história.

Educação é o processo integral de formação humana, pois cada ser humano ao nascer necessita receber uma nova condição para poder existir no mundo da cultura. Esse processo inclui a aquisição de produtos que fazem parte da herança civilizatória e que concorreram para que os limites da natureza sejam transpostos. (RODRIGUES, 2001 a, p. 232).

Analisando o contexto histórico do século XVIII, no que se refere à filosofia, costumamos dizer que o tempo do Iluminismo (por si mesmo intitulado Século das Luzes) é um tempo que pensa a si próprio, que busca conhecer e aprofundar articulações filosóficas e científicas, com o homem no centro de suas preocupações. Em outras palavras, ao tempo do Iluminismo, é atribuído o papel de investigação, da consciência de limites, de crítica às ciências e às culturas. Ernst Cassirer (1994) nos ajuda a pensar sobre o Século XVIII, quando afirma que o “pensamento iluminista consegue sempre extravasar do quadro rígido do sistema e libertar-se, justamente nos espíritos mais fecundos e mais originais, da sua estrita disciplina” (p.13).

Assim, a filosofia não é um ornamento, não podendo ser compreendida como meio de fácil compreensão, mas como análise que exige reflexão sistemática, enquanto as Ciências trabalham com a objetividade. Nessa perspectiva (das ciências empíricas), somente o que é real ou comprovado será considerado válido. A filosofia, por sua vez, trabalha com o pensamento crítico e busca fundamentos para a explicação sobre o real, busca desvelar o sentido, as condições de possibilidade que compreendem a totalidade do ser. É na expectativa de encontrarmos respostas para questões educativas do nosso tempo que pensamos utilizar o referencial teórico-pedagógico de Rousseau:

Sei que a nossa filosofia, sempre fértil em máximas singulares, pretende, contra a experiência de todos os séculos, que o luxo faz o esplendor dos Estados; mas depois de ter-se esquecido da necessidade das leis suntuárias, ousará ela negar também que os bons costumes não sejam essenciais à duração dos impérios e que o luxo não seja diametralmente oposto aos bons costumes? Que o luxo seja um sinal seguro de riquezas; que ele sirva, se quiserem, para multiplicá-las: que se haveria de concluir deste paradoxo tão digno de nascer em nossos tempos; e que será da virtude, quando tivermos de enriquecer a qualquer preço? Os políticos antigos falavam sem cessar de costumes e de virtude: os nossos falam de comércio e de dinheiro (ROUSSEAU, 2010, p. 33).

A pergunta que não quer calar é sobre quais sujeitos estamos formando hoje, tendo em vista as atitudes que o ser humano vem tendo em relação a si mesmo e aos seus semelhantes. Repensar a formação em relação ao que o homem possui como referência sobre ser humano, sobre o processo de humanização, – pois a formação é um processo contínuo e deve ocorrer em prol da liberdade, das virtudes, do respeito e da razão – é tarefa da educação.

O processo histórico de desenvolvimento e de construção do sujeito como cidadão acontece, com certeza, também no espaço educativo-formal da escola, remetendo o professor ao compromisso político de formação dos seus educandos. E, considerando que a escola representa, antes de tudo, a força propulsora e ativadora de todo o processo educativo formal, é notável suas relações com as condições de participação social. O educador precisa ter consciência de seu papel, a fim de exercer a aplicação da prática educacional voltada para o desenvolvimento da cidadania. Aranha (2006) vem contribuir a respeito do que se espera do profissional da educação:

[...] espera-se que o profissional da educação seja um sujeito crítico, reflexivo, um *intelectual transformador*, capaz de compreender o contexto social-econômico-político em que vive. Ou seja, não se deve confundir o intelectual com o especialista em alguma área do conhecimento, mas sim ter em mente que ele é o sujeito capaz de ter uma visão do todo, além de estar comprometido com a ética e a política. Que ele então esteja atento à intencionalidade de sua ação, questionando continuamente seu saber e agir, articulando o conhecimento sobre educação com sua práxis educativa, com flexibilidade para inventar caminhos quando a situação concreta exige soluções criativas. Enfim, que participe ativamente no propósito de emancipação humana (p.47).

O presente texto pretende analisar os processos formativos e a ocorrência do conhecimento no contexto da escola, esta enquanto elemento fornecedor do

espaço material e imaterial dedicado às relações que ali se estabelecem, entre os atores do acontecimento educativo, à luz da pedagogia rousseauiana.

Somos seres que admiramos, objetivamos, apreendemos, compreendemos e modificamos, pela ação-reflexão, a realidade; somos seres ativos, sujeitos de nossa existência. Transformarmo-nos em espectadores da realidade ou simples receptáculos de informações e ordens, ou instrumentos manipuláveis, significa modificarmo-nos em objeto, em coisa.

O homem não conhece, portanto, nada da coisa em si. Por isso, fica confinado ao conhecimento empírico e aos fundamentos deste conhecimento que, no entanto, já são um fato, cujo direito deve apenas ser comprovado. É por isso, afinal, que somente a primeira pergunta – que posso saber? – pode ser respondida pela razão. As outras duas são conteúdos da razão prática: que devo fazer?, em que me é permitido crer? (STEIN, 2002, p.153).

Um dos direitos básicos da criança é o de ter acesso a um conjunto de conhecimentos e bens culturais. A posse desse conhecimento aparece, cada vez mais, como o qualitativo essencial para a inclusão dos indivíduos na sociedade e no processo produtivo. Em um modelo democrático de sociedade, esperamos que o conteúdo deste aprendizado apresente um perfil crítico e pluralista, onde o aluno não recebe apenas uma carga adequada de informações factuais e técnicas, mas contribui para a elaboração desse conteúdo, através da bagagem cultural que traz consigo. É preciso investir nas diferenças, levando em consideração a pluralidade de origens, filosofias e valores de cada um. Exaltar o bom, o correto, as qualidades do ser humano para que este alcance um patamar de formação qualitativa deve ser primordial.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8060 de 13 de Julho de 1990, no artigo 4º temos a seguinte referência:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Ao educando, todos devemos zelo, o que significa dizer que precisamos conhecer sua realidade a fim de realizar uma reflexão sobre aquilo que necessita para alcançar seus objetivos, aqueles que o levaram à escola. O aluno precisa sentir

que a escola vai mudar algo no seu cotidiano, precisa compreender, que através da escola, terá sua condição de sujeito aprimorada, terá ocasião de saber ouvir e decidir o que é melhor para sua trajetória de formação. Ao educador comprometido, cabe potencializar o diálogo e colaborar para com a formação da identidade cultural do aluno. A educação é o instrumento do qual o aluno dispõe para atingir sua emancipação, para buscar resolver as problemáticas sociais de sua realidade, de sua história, de seu tempo.

Ensinar é comprometer-se com o outro e a inclusão escolar desafia uma mudança de atitude diante deste outro, esse que não é mais um indivíduo qualquer, e sim alguém que é essencial para a construção da sociedade que queremos formar (NASCIMENTO, 2007, p. 6).

Não basta formarmos médicos, advogados, professores com um profundo conhecimento técnico, sem que apreendam, em primeiro lugar, o aspecto humanístico e social, pois esses farão dele um ser a serviço da humanidade. Isto é socialização: a união dos vários segmentos em busca do bem comum, e a escola como centro de onde partem todos esses segmentos; portanto, é ela quem deve buscar esses caminhos.

Cabe à escola buscar construir relações de confiança para que a criança possa perceber-se e viver, antes de mais nada, como ser em formação, e para que partilhe a manifestação de suas características culturais com seu grupo de origem. Cada aluno desenvolve-se no processo ensino-aprendizagem de acordo com seu próprio ritmo, mais lento, ou mais rápido dependendo da situação, mas todo ser humano é digno de respeito na busca de seu conhecimento e na busca da sua auto realização. A educação não se reduz a métodos de ensino e nem somente ao ambiente escolar. Nesse sentido, a formação humana acontece em todos ambientes de inserção do sujeito, desde o seu nascimento na educação familiar até as instituições escolares conciliando formação e conhecimento.

As relações humanas educam. A prática pedagógica não pode ser negadora do discurso e deve entender quão importante é a educação pelo exemplo. A Educação Cidadã e integral deve, portanto, testemunhar o discurso que profere, vivenciando a cidadania, a democracia, a autonomia, a participação, a pesquisa, a leitura, o diálogo, as práticas sustentáveis, seja nos espaços formais, seja nos espaços não formais (ANTUNES; PADILHA, 2010, p. 45).

A educação está inserida em um contexto social, sua qualidade e eficiência dependem da relação com esse contexto. Rousseau defende que o aluno deve, em primeiro lugar, desenvolver plenamente o seu “eu” natural. Nesse sentido, o autor destaca que o horizonte de compreensão da bondade natural deve ser estimulado. Para Streck (2008, p. 77): “Em Rousseau, a sociedade como um todo se torna um contexto pedagógico”. É preciso observar o movimento em que se encontra a sociedade, a fim de envolver a parte educacional nesse curso, contextualizá-la para que a busca por soluções esteja relacionada à necessidade real. A família precisa despertar para educar os filhos com deveres, normas e consciência social para descobrirem os seus direitos. O potencial de direitos que vamos adquirindo tem a ver diretamente com os deveres que angariamos, e construir uma sociedade humanizada e humanizante passa pela compreensão que temos de humanidade.

O indivíduo é um ser pensante desde o início de sua vida. Assim, para cada idade, existe um tipo de educação própria. “[...] a educação do homem começa com o nascimento; antes de falar, antes de ouvir, ele já se instrui. A experiência antecipa as lições; no momento em que conhece sua ama-de-leite, ela já descobriu muitas coisas” (ROUSSEAU, 2004, p. 48).

Nesse processo de desvelamento dos estágios de aprendizagem das crianças, é importante prestar-se atenção à educação dos sentidos e do corpo para que o aluno comece a reconhecer-se perante a si mesmo e aos outros. O aprimoramento deste ser depende do seu convívio social e, principalmente, de sua educação, que deve abranger um caráter amplo e complexo, dentro das condições sociais e históricas reais. Biaggio (2006, p. 23-24) contribui com a reflexão sobre os estágios de aprendizagem:

[...] estágios são o sensório-motor, o pré-operacional, o de operações concretas e o de operações formais. No estágio sensório-motor, aproximadamente durante os dois primeiros anos de vida, a inteligência da criança manifesta-se por meio da exercitação dos órgãos sensoriais e dos aspectos motores, com suas coordenações. Adquire a criança as noções de distância, profundidade, a integração entre os sons e visão, relações de causalidade e outras habilidades [...] O estágio pré-operacional (aproximadamente dos 2 aos 6 anos) caracteriza-se pelo desenvolvimento da linguagem e do simbolismo, pela ausência da noção de conservação [...] O período concreto (aproximadamente dos 7 aos 12 anos) marca o início do pensamento lógico, ainda que no nível concreto. A criança é capaz de raciocinar logicamente se tiver o apoio de objetos concretos, por exemplo, coloca em ordem bonecas de diferentes alturas, porém ainda não compreende uma simbolização [...] O período das operações formais, a

partir da adolescência, caracteriza-se pela possibilidade de capacidade de abstração, e do teste de hipóteses, tornando viável o raciocínio científico.

A educação é um processo dinâmico que deve levar o educando a buscar sua identidade, sua formação relacionada à disciplina, à instrução, à sua conservação, à liberdade. A educação deve estar relacionada sempre com a busca de melhoria das condições de vida, pois fatos degradantes do presente não devem ser transferidos para o futuro. Cada vez mais, se faz necessária uma reflexão sobre o atual estado da espécie humana. Conforme Streck (2008, p. 24): “A educação, por isso, é um processo aberto. Conhecemos o ponto de partida de cada um, mas não sabemos o ponto de chegada. Este depende dos talentos, das oportunidades, do zelo e de outros fatores que favorecem ou obstaculizam o desenvolvimento”.

Paulo Freire, certamente leitor de Rousseau, parte do princípio de que o sujeito é capaz de mudar a sua realidade, através do diálogo, das descobertas da relação educador-educando, que ocorrem através da busca da significação dos significados. A pedagogia freiriana advoga que todos estamos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, onde o professor não é o detentor do conhecimento, mas ponto de troca, que incentiva o aluno a analisar, a pensar, e o estimula a uma reflexão crítica da realidade com o propósito de buscar o diálogo.

O professor que pensa certo deixa transparecer aos educandos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo. Mas histórico como nós, o nosso conhecimento do mundo tem historicidade. Ao ser produzido, o conhecimento novo supera outro que antes foi novo e se fez velho e se “dispõe” a ser ultrapassado por outro amanhã. Daí que seja tão fundamental conhecer o conhecimento existente quanto saber que estamos abertos e aptos à produção do conhecimento ainda não existente. Ensinar, aprender e pesquisar lidam com esses dois momentos do ciclo gnosiológico: o em que se ensina e se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente (FREIRE, 2010, p. 28).

Sendo Freire um defensor da ética, do exemplo, das virtudes, da busca por respeito ao ser humano, expõe que o ensino dos conteúdos não pode estar alheio à formação moral, defende que não devemos divinizar a tecnologia e que a ciência deve ser pensada com profundidade e não superficialmente na compreensão dos fatos, para que não venha a contribuir de maneira negativa, como uma única verdade:

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigorosidade do pensar certo, nega como falsa, a fórmula farisaica do “faça o que mando e não o que faço”. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo (FREIRE, 2010, p.34).

Tendo em vista a palavra *exemplo*, no Livro III do *Emílio*, Rousseau afirma que devemos afastar da mente do aluno todas as questões com as quais ele não tem necessidade de preocupar-se. Somente quando tivermos de relacionar as ideias ao conhecimento ocasionando assim, um encadeamento dos fatos, ligados sempre com o pensamento que o aluno deve realizar, deveremos trabalhar para buscar a razão de tudo. Nessa ocasião, a criança deverá observar para saber o porquê do realizado. “A pedagogia deve partir de uma natureza humana essencialmente boa, que, com o auxílio da razão dotará a criança de capacidade de julgamento, de moral” Muniz (1999, p. 246).

Para tanto, trabalhai vós também, dai-lhe em toda a parte o exemplo; para torná-lo mestre, sede em toda a parte aprendiz, e podeis estar certo de que uma hora de trabalho ensinar-lhe-á mais coisas do que as que ele reteria de um dia de explicações (ROUSSEAU, 2004, p. 246).

A educação humanista está relacionada à tomada de consciência de que o que vale não é somente acumularmos novos conhecimentos e, sim, ter a humildade de saber reconhecer quem está à nossa volta, o outro, suas necessidades, como pensa e age. A educação humanista que outrora era seletista e formava alguns privilegiados, contemporaneamente, nos fornece elementos que podem contribuir para a formação de educandos e educadores em um nível da universalidade e oportunidade para todos. Cada um tem possibilidade de adquirir conhecimentos, mas podemos trocar ideias e também adquirir e transformar o pensamento conforme os exemplos visualizados, vivenciados ou também por meio de fatos que ouvimos por depoimentos e experiências no dia a dia. Estamos constantemente em movimento de procura, de saber mais, avaliando os saberes em busca de renová-los ante às exigências sociais.

O que há de mais cruel ainda é que, como todos os progressos da espécie humana a afastam sem cessar de seu estado primitivo, quanto mais acumulamos novos conhecimentos tanto mais nos privamos dos meios de adquirir o mais importante de todos que consiste, num certo sentido, que à

força de estudar o homem é que nos tornamos incapazes de conhecê-lo (ROUSSEAU, 2007, p. 24).

Adentrando a perspectiva de Rousseau, por vezes, observa-se que quanto mais conhecimentos adquiridos, menor significado é dado à existência, pois os empregamos de maneira equivocada quando os estendemos ao consumismo, à sede de poder, ao excesso de produtos desnecessários a nossa sobrevivência e até mesmo ao lazer. Este consumismo ilimitado causa a extrema desigualdade na maneira de viver, onde alguns têm privilégios e outros gozam dos prejuízos daqueles, pois não “faltam os que julgam ser a riqueza o poder por excelência” (MENDONÇA, 2001, p. 13).

Rousseau traz a ideia do *homem selvagem*¹ em um patamar privilegiado e teoriza sobre o *homem natural*, que, com o deslumbramento pelas luzes, perdeu a essência em relação ao contexto social, envolvendo-se em uma multidão de paixões que vêm ao encontro da lei do mais forte, da dependência mútua pelas necessidades que os unem, os aspectos referentes à beleza física, – o mais belo, o mais forte. Nas horas de lazer, a valorização era dada a quem dançava melhor, e assim, as futilidades trouxeram a desigualdade e ocasionaram os vícios. Rousseau (2007) nos indica:

Nada, ao contrário, tem sido mais miserável que o homem selvagem deslumbrado pelas luzes, atormentado pelas paixões e raciocinando sobre um estado diferente do seu. Foi por uma providência muito sábia que as faculdades que ele tinha em potencial só deviam desenvolver-se nas ocasiões em que podiam exercê-las, a fim de que não lhe fossem nem supérfluas e pesadas antes do tempo, nem tardias e inúteis às suas necessidades. Tinha no simples instinto tudo o de que necessitava para viver em estado de natureza e não tem, numa razão cultivada, senão o que lhe é necessário para viver em sociedade (p. 50).

Em seus conselhos ao aluno, no Livro IV, Rousseau menciona os vícios que brotam em uma sociedade que valoriza o comércio, o ter, o poder e que faz acontecer a desigualdade entre os homens; recomenda a Emílio observar bem os homens, por detrás da máscara que cada um carrega para escolher a quem confiar, pois nas multidões sempre há um ponto de interrogação sobre o que o indivíduo está pensando e sobre como ele utilizará este pensar, até mesmo nos pactos que

¹ “Bom selvagem” ou “selvagem” é como Rousseau denomina habitualmente o homem no estado de natureza, conforme caracterizado em seu discurso sobre a origem da desigualdade. Esse ser pacífico, inocente e sereno ocupa um lugar central em sua imaginação e em suas teses (DENT, 1996, p. 47).

firma com os demais. É por meio da busca da igualdade que realmente o contrato social vigorará. Como Rousseau considera Emílio um ser preparado para analisar a situação, ele o aconselha a espelhar-se nele mesmo para, então, julgar seu próximo. Esta atitude mostra confiança na educação que foi desenvolvida nas fases anteriores.

Emílio ou da Educação aponta, ainda, para o fato ou a questão sobre o que mais importa aos impérios: serem brilhantes e momentâneos ou virtuosos e duráveis? Quando é dito “brilhante”, precisamos observar que a real necessidade é no que se refere à honestidade e não a futilidades. Rousseau destaca também que a dissolução dos costumes, consequência necessária do luxo, acarreta, por sua vez, a corrupção do gosto.

Na última parte de *Emílio ou da Educação*, Livro V, o autor dá ênfase à idade da sabedoria e do casamento, das viagens, da educação sentimental e do estudo dos povos. Nessa etapa da vida, é mostrada a importância de cada indivíduo adquirir consciência dos parâmetros morais que devem nortear os pactos, para que, mais adiante, não encontre a infelicidade ao querer adquirir o que não está a seu alcance. Nas palavras de Duska e Whelan (1994):

A educação moral deve ser igualada ao ensino de regras e do desenvolvimento do caráter, e se espera que se manifestem no comportamento expressivo através das virtudes tradicionalmente conhecidas e respeitadas, tais como a honestidade, a coragem, o controle de si mesmo, a solidariedade e o respeito ao próximo. A maior parte dos programas tinha como objetivo realçar essas virtudes, de modo que se tornassem princípios internos que orientassem o comportamento e as decisões a serem tomadas. Os meios para a realização de tal objetivo eram, fundamentalmente, os de confrontação entre o comportamento do adolescente e o exemplo dos adultos ou jovens maiores que tinham virtudes específicas, ilustrando estas virtudes, recompensando a prática e punindo a omissão das mesmas (p.17).

Um tal desprendimento e uma boa dose de disciplina são comportamentos aconselhados por Rousseau, na medida que vêm a contribuir para a formação do cidadão. Desde as ideias contemporâneas, podemos citar Ghiggi (2002) para corroborar o argumento com relação à disciplina:

A disciplina, não raro, serve para inculcar nas crianças o respeito à ordem posta pela sociedade, estimular o exercício do hábito da conformidade às imposições e formar à obediência, submissão à autoridade e ao poder estabelecido (p.145).

São os limites que vão edificando a formação moral da criança, balizas que atuam junto à sua imaginação e ajudam-na a discernir entre o que é supérfluo e desnecessário para o momento em que vive, conforme as possibilidades que se apresentam perante seu trabalho, sua família, seu conhecimento e sua cultura.

Rousseau, embora vivendo em outra época, construiu sua argumentação sobre o futuro e pode hoje contribuir com nossas reflexões, tendo em vista que na pedagogia do *Emílio* valoriza a educação por meio da natureza, ou seja, seu aluno não seria educado através de uma forma dogmática² mas, sim, a partir da necessidade. Cabe ao educando procurar, desejar aprender e ao educador colocar ao seu alcance os meios; e eis que a proposta de aprendizagem angariará um sabor todo especial porque partiu da criança. É por essa e outras razões que a obra de Rousseau nos empolga e nos faz repensar sobre as reais necessidades das crianças atualmente. A pergunta que a proposta pedagógica de Rousseau nos leva a fazer é se realmente ocorre uma formação integral conectada aos aspectos naturais, morais e políticos.

A obra se apresentou de fato como um romance psicológico e como um manifesto educativo [...], mas ao mesmo tempo é um tratado de antropologia filosófica, enquanto expõe uma concepção precisa do homem natural, racional e moral, além do itinerário da sua formação, e um texto político relevante. O tema fundamental do *Emílio* consiste na teorização de uma educação do homem enquanto tal (e não do homem como cidadão) através de seu “retorno à natureza”, ou seja, à centralidade das necessidades mais profundas e essenciais da criança, ao respeito pelos seus ritmos de crescimento e à valorização das características específicas da idade infantil (CAMBI, 1999, p. 345).

O homem nasce no interior de um processo individual e único; por isso, deve ser levado em conta o seu “eu” no processo de construção de suas ideias e o rumo que elas tomarão no futuro. Os valores que são passados de geração a geração podem ser adaptados a novas situações e realidades, mas não podem perder-se completamente, assim como os sentimentos. O amor, a ética, o bem, o mal e o senso crítico devem estar sempre presentes e ser vivenciados em qualquer época ou circunstância.

² Forma dogmática refere-se a modo de trabalho promovido pela escola ou pelo professor por meio de planejamento de conteúdos preestabelecidos, sem levar em consideração as necessidades da criança, como ocorre na escola tradicional, com lições ministradas de forma monótona e não pensadas a partir da realidade da criança.

Que me seja permitido citar um exemplo do qual deveriam ficar melhores traços e que estará sempre presente em meu coração. Não me vem à mente sem a mais doce emoção a memória do virtuoso cidadão de quem recebi a vida e que muitas vezes me entreteve a infância no respeito que era devido a vocês. Vejo-o ainda, vivendo do trabalho de suas mãos e nutrindo sua alma com as verdades mais sublimes. Vejo Tácito, Plutarco e Grotius, misturados diante dele com os instrumentos de seu ofício. Vejo a seu lado um filho querido, recebendo com muito poucos frutos as ternas instruções do melhor dos pais. Mas, se os desregramentos de uma louca juventude me fizeram esquecer durante algum tempo tão sábias lições, tenho a felicidade de experimentar enfim que, se alguma tendência se tem para o vício, é difícil que uma educação na qual entra o coração seja perdida para sempre (ROUSSEAU, 2007,p.18).

Embora seja um ser único, o homem é também social, isto é, vive em grupos e as concepções do grupo nem sempre vêm ao encontro das ideias já construídas que o ser humano traz em sua bagagem e, por isso, pode ocorrer a perda da identidade; seus valores podem extraviar-se e o domínio do geral e do global em detrimento dos princípios morais e éticos vinculados ao modelo de uma sociedade capitalista pode prevalecer. Segundo Streck (2008, p. 39):

O problema dos livros é exatamente ensinar a falar de coisas que não se sabe. As “belas educações” não fazem mais do que criar “tagarelas”, gente que só sabe repetir palavras. A educação que faz sentido não é, por isso, uma educação das palavras, mas uma educação das coisas.

O aprender deve estar ligado a algo que inspira desejo, prazer, conecta-se ao errar para aprender com o erro, a fazer e refazer. Nas palavras de Garcia (2010, p. 64): “Aprender, reaprender constantemente, lançar a flecha para que o arco não desaprenda de vibrar. Aprender, reaprender, nesta constante formação do homem, educação!”. Por isso, a importância do papel do educador, pois a ele compete motivar o aluno a buscar respostas coerentes às questões que fazem parte de suas indagações. “Mestres, deixai os fingimentos, sede virtuosos e bons e que vossos exemplos se gravem na memória de vossos alunos, enquanto esperamos que possam entrar em seus corações” (ROUSSEAU, 2004, p. 113). O importante é que o aluno seja instigado a perseguir o caminho escolhido na busca do querer mais, pois o aprendizado humano não se detém somente no saber escolar e, sim, nas nossas escolhas, valores, ideais pelos quais lutamos no interior da sociedade.

Identifica-se que o processo educativo deve relacionar os métodos com a exigência dos deveres, a partir da própria realidade do educando, da língua local e não daquelas que não se usa em parte alguma. As crianças devem falar e escrever

o que sabem sobre o real significado das coisas, precisam compreender seu entorno, devem valorizar a sua pátria, e não devem encantar-se com a bela e traiçoeira serpente do mercado. Não devem os educandos lançar mão de modismos que, às vezes, nem sabem o que são. O que é comum vermos na cultura das ciências é a insensatez em relação à percepção do educador com a realidade do aluno. De nada adianta mostrarmos exemplos sem que o aluno tenha real conhecimento dos fatos.

Precisamos meus caros educadores, compreender que muito mais do que ensinar conteúdos através de métodos adequados, a atividade educacional visa formar o cidadão para o exercício da cidadania. A escola tem que ser um exemplo vivo disso. O processo educacional determina a formação do caráter do indivíduo. Isto significa a formação do cidadão consciente da sua qualidade de ser humano, das suas responsabilidades civis, do seu direito ao acesso, conservação, transformação e difusão dos bens culturais e valores da civilização. A atividade pedagógica deve respeitar e promover esses valores. (RODRIGUES, 2001, p. 94).

Rousseau possui uma preocupação com relação ao paralelismo entre teoria e prática, quando afirma que:

De onde nascem todos estes abusos, a não ser da funesta desigualdade introduzida entre os homens pela distinção dos talentos e pelo aviltamento das virtudes? Eis aí o efeito mais evidente de todos os nossos estudos e a mais perigosa de todas as suas conseqüências. Não mais perguntam de um homem se tem probidade, mas se tem talentos; nem de um livro se é útil, mas se é bem escrito. São prodigadas recompensas ao belo espírito, e a virtude permanece sem honrarias. Há mil preços para os belos discursos, nenhum para as belas ações (ROUSSEAU, 2010, p. 38).

A fim de que a escola possa alcançar seu verdadeiro mister, é chamada a apresentar uma característica de amplitude e complexidade de horizontes na formação ética do cidadão. Saber o que posso ou devo fazer é de suma importância para o convívio na sociedade, pois somente tendo as regras bem claras é que saberemos ouvir e respeitar a opinião dos semelhantes ou as normas advindas dos poderes estabelecidos. Portanto, trabalhar a disciplina desde cedo com as crianças tem a ver com colocá-las frente às regras, limites que serão reconhecidos através da disciplina. A criança precisa ser valorizada pelo esforço que dispense, pelo destemor e necessita ser conduzida ao acesso a bens culturais e ao contato com seus mestres³.

³ Segundo Rousseau, são três os nossos mestres: a natureza, os outros e nós mesmos.

A constatação de que estamos destruindo o meio ambiente em busca do consumo expandido e inconsequente faz-nos pensar a respeito de como vimos tratando os bens materiais, como o centro da vida humana. E um dos recursos que resta aos oprimidos é a libertação por meio do conhecimento, pois é através desse que conseguimos atingir a emancipação⁴ social ou humana. A escola é o lugar onde reunimos várias culturas, várias realidades e representa o espaço em que o educador necessita respeitar as diferenças e trabalhar em prol de mostrar que todos são capazes de aprender, independentemente de classe social. Lara (1988) nos auxilia na reflexão sobre o sentido da cultura para a vida em grupo:

A cultura é destinada a dar sentido à vida do grupo, é destinada a criar valores comuns, é destinada a humanizar. A cultura é o modo de ser próprio do homem. É aquilo que o distingue do animal. O animal é produto da natureza. O homem é fruto da cultura. Criando cultura, o homem se cultiva, ou seja, adquire modo de ser do qual é responsável. De certa maneira, podemos dizer que o grupo humano, como também o indivíduo humano, no âmbito e na dependência de seu grupo, é, ao mesmo tempo, causa e efeito, pai e filho da sua cultura (p.20).

De modo geral, a cultura transforma-se em novas maneiras de dizer e fazer o *mundo da vida* (Lebenswelt) que são incorporadas ou substituem outras; com o tempo, percebemos e dizemos que o mundo modificou-se. Então, surge o questionamento com relação às razões por que as pessoas falam com facilidade até com certo saudosismo em relação a tempos idos. Na verdade, não foi somente o mundo que mudou, mas também o ser humano que adquiriu outros valores, outras perspectivas e acabou transformando o ambiente em que vive. Nesse sentido, é importante atentar para o questionamento proposto por Rousseau (2007): “Que experiências seriam necessárias para chegar a conhecer o homem natural e quais são os meios para fazer essas experiências no seio da sociedade?” (p.24). Frente ao exposto, é pertinente analisar aspectos que envolvem o processo educativo desde o nascimento do sujeito através das ideias existentes e construídas na sociedade (disciplina, limites, direitos, deveres e valores) com relação à forma do educar. Rousseau aborda em *Emílio* os deveres que devemos cultivar, aqueles voltados para nós mesmos:

⁴ Utilizamos aqui o termo *emancipação*, no sentido que Karl Marx (1818-1883) a ele atribui, o da transformação do modelo social vigente.

Nossos primeiros deveres são para com nós mesmos; nossos sentimentos primitivos concentram-se em nós mesmos; todos os nossos movimentos naturais relacionam-se primeiramente com nossa conservação e nosso bem-estar. Assim, o primeiro sentimento da justiça não vos vem daquela que nós devemos, mas sim da que nos é devida, e esse é mais um dos contra-sensos das educações comuns, que, falando primeiramente às crianças de seus deveres e nunca de seus direitos, começam por lhes dizer o contrário do que é preciso, o que elas não são capazes de entender e não pode interessar. Portanto, se eu tivesse que educar uma dessas crianças que acabo de mencionar, diria para mim mesmo: uma criança não ataca as pessoas, mas sim as coisas, e cedo aprende pela experiência a respeitar quem quer que a supere em idade e em força, mas as coisas não se defendem por si mesmas. A primeira ideia, portanto, que lhe devemos dar é menos a de liberdade do que a de propriedade, e para que possa ter essa ideia, é preciso que ela tenha algo de seu (ROUSSEAU, 2004, p. 103).

Assim, podemos dizer que a educação que os pais⁵, com seus ensinamentos e, principalmente com seus exemplos, fornecem é a base da formação do ser. A escola é um complemento dessa formação e deve oferecer o conhecimento para que o indivíduo alcance o seu lugar na sociedade, com regras que regem um convívio pacífico e digno para ele na sociedade. A "família, a escola e a comunidade são responsáveis pela formação das crianças e dos jovens que no futuro serão responsáveis pela condução do destino da sociedade a que pertencem" (VASCONCELOS, 1997, p. 60).

À Educação cabe orientar, despertar, conduzir, levar ao discernimento e mostrar horizontes a serem buscados pelo indivíduo em prol do seu bem-estar e da comunidade em que está inserido. A educação eleva os sentimentos humanísticos do sujeito e o conduz no caminho da tolerância e da compreensão de seu modo de ser no mundo. Assim, a formação ganha um sentido humanizador, como nos descreve Gadotti (2009, p. 10):

[...] os educadores, numa visão emancipatória, não só transformam a informação em conhecimento e em consciência crítica, mas também formam pessoas. [...] Eles fazem fluir o saber (não o dado, a informação e o puro conhecimento), porque constroem sentido para a vida das pessoas e para a humanidade e buscam, juntos, um mundo mais justo, mais produtivo e mais saudável para todos. Por isso eles são imprescindíveis.

⁵ De acordo com Martins (2011, p. 58): "Os pais são os primeiros educadores. É com eles que o indivíduo afirma o seu contrato pedagógico, de forma que fica nas mãos deles a responsabilidade de guiar o processo educacional segundo a natureza. A mãe de acordo com Rousseau, é o primeiro educador que aparece nesse processo educacional, e é com ela que o indivíduo estabelece um contrato para que seja garantida a sua formação de ser humano, conforme apontamos anteriormente. Assim, para pensarmos a educação na primeira infância, devemos pensar em conjunto o papel dos pais e do educador".

A educação, enquanto civilidade, conforme mencionamos anteriormente, mostra-se desde o uso de uma saudação de *bom dia*, um agradecimento, um pedido de, por favor, até o conhecimento sobre os conceitos mais elevados e relativos à codificação de condutas e ao respeito por normas de convívio.

Estabeleçamos como máxima incontestável que os primeiros movimentos da natureza sejam sempre direitos: não há perversidade original no coração humano. Não se encontra nele um só vício de que não possamos dizer como e por onde entrou. A única paixão natural ao homem é o amor de si mesmo, ou o amor-próprio tomado em sentido amplo. Este amor próprio, em si ou relativamente a nós, é bom e útil, e, como não tem relação necessária com outrem, é a esse respeito naturalmente indiferente. Só se torna bom ou mau pela aplicação que se faz dele e pelas relações que se dão a ele. Até que o guia do amor-próprio, que é a razão, possa nascer, é portanto importante que uma criança não faça nada porque é vista ou ouvida, nada, numa palavra, por causa dos outros, mas apenas o que a natureza lhe pede. Nesse caso, nada fará que não seja bom (ROUSSEAU, 2004, p. 95).

Pais, mães, professores, dirigentes, legisladores quando refletem a respeito de seu papel no contexto social atual e buscam redefinir sua atuação junto aos jovens e crianças, precisam repensar a educação nos moldes de uma perspectiva coletiva, não individualista. Ao pensar no que almejamos para redirecionar nossa trilha, com passos firmes e concretos, talvez necessitemos começar a rever o que temos na realidade e o que pode ser concretizado em busca de uma educação de qualidade e que possa gerar frutos saudáveis e amadurecidos, nos ideais da consciência e das virtudes, inerentes ao ser humano. Para que realmente a formação do sujeito venha a ser valorizada como fundamental dentro da sociedade, talvez possamos repensar e integrar o modelo curricular em todas as modalidades de ensino.

A universidade deve propiciar à comunidade uma educação de qualidade, procurando formar cidadãos do mundo, capazes de atuar com segurança, em parceria e em regime de cooperação, numa sociedade na qual as contradições e inseguranças são acentuadas e presentes no cotidiano. Para tal, deve considerar o homem como um todo, sem a tradicional separação do corpo e da mente, o que implica um redimensionamento curricular. O currículo escolar não mais poderá ser organizado de forma rígida, inflexível. A compartimentação e a desarticulação devem ser substituídas pela integração e articulação na teoria e na práxis. A Interdisciplinaridade é uma alternativa que deve ser utilizada em todos os níveis e modalidades de ensino, em vez de formar profissionais acrílicos, alienados, tecnólogos. Deve priorizar a reflexão, a criação, a construção, a reconstrução, o pensar, o repensar, o amor à humanidade e à natureza (LAMPERT, 2000, p. 39).

Na atualidade, a educação nos propicia a inclusão social. Portanto, se portadora de necessidades especiais, a pessoa pode buscar um lugar na sociedade e no mercado de trabalho, dentro das suas potencialidades, o que há décadas atrás era impossível; se a pessoa é de classe média baixa, poderá, com dedicação, alcançar uma universidade, através de bolsas escolares e adquirir um conhecimento superior e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida. As mulheres, por sua vez, conquistam, aos poucos, um espaço que, até então, pertencia somente aos homens – o mercado de trabalho. Os processos educativos evoluíram e os sujeitos precisam buscar as possibilidades para fazer a sua história, ou seja, alcançar seus objetivos com relação à formação, inclusive acadêmica. É garantido à criança o direito às oportunidades favoráveis e a busca do conhecimento e da infra-estrutura. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e do Desporto (1996):

Cada criança ou jovem, mesmo em locais com pouca infra-estrutura e condições sócio-econômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania e usufruir dele. Se existem diferenças sócio-culturais marcantes, que determinam variadas necessidades de aprendizagem, existe também aquilo que é comum, que um aluno de qualquer lugar do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, deve ter o direito de aprender e esse direito deve ser garantido pelo Estado (p.77).

Apesar de todos os contrastes da vida moderna, principalmente aqueles vinculados à educação, onde uma parcela dos educandos possuem recursos tecnológicos de última geração, os avanços em escolas e universidades ocorrem. Por outro lado, vivenciamos o drama do analfabetismo, de escolas sucateadas, dos profissionais mal remunerados, tendo que *fazer bicos* para se manter. Rodrigues (1999) em sua obra *Elogio à Educação* nos faz refletir sobre seus contrapontos.

O que nos desperta a vontade para esse canto à Educação é a vontade de se fazer um contraponto ao tipo de louvação que contemporaneamente se entoa a ela. Esse hino anuncia e replica ser a Educação o que de mais fundamental deve ser considerado quando se pensa na construção do mundo moderno. Mas eis que encontramos, nas entrelinhas e nas linhas desses falsos cantadores, um veneno que corrói inexoravelmente a natureza da ação educativa: a visão utilitária que lhe serve de suporte. Cantam-se louvores à Educação, mas desgraçadamente, só depois de a definharem. O que então proclamam esses cantores? A importância da ação educativa na “formação do trabalhador útil à empresa moderna”, na “formação do cidadão moderno”, do trabalhador produtivo”. A cidadania, por tais ilações, fica reduzida às ações dos sujeitos que protagonizam a

produção de bens necessários ao mercado; canta-se a necessidade do progresso do país e sua integração num mundo global. Mas quando se anuncia qualquer preocupação para com as pessoas, com os valores, com o bem-estar, com a alegria de viver e sim, e apenas, com as exigências a serem preenchidas para que se ofereçam garantias para os grandes negócios (p.28).

Poderíamos enumerar, ainda, a falta de atualização e formação adequada dos professores. Para amenizar, cria-se *Amigos da Escola*, programa executado com voluntários para desempenhar o papel de educadores dentro do contexto escolar. O que ocorre é que não se prepara, tampouco são analisadas as condições dessas pessoas para tal desempenho; e, assim, começamos a pensar qual a política de educação dos governos, onde destacam a participação⁶ das pessoas na escola, então cria-se a *Escola Aberta* para levar a comunidade até o ambiente escolar. Devemos, todavia, indagar sobre as condições em esta participação acontece e por que os educadores não participam do entorno onde o educando vive, pois assim é um recurso ao qual realmente vamos conhecer a realidade porque o educando tem seu espaço na escola que muitas vezes não condiz com seu cotidiano. A proposta pedagógica das oficinas da *escola aberta* aponta, através de seus parâmetros instituídos, para aspectos da cidadania, do trabalho colaborativo, amparados na exigência da observância da diversidade cultural:

Definiram-se, para a consecução dos objetivos, os tipos de oficinas abaixo explicitados em linhas gerais:

1. Oficinas planejadas a partir da pesquisa que o coordenador escolar realizará na comunidade, identificando os interesses e necessidades dos moradores. As oficinas podem ser de diversas áreas como cultura/artes, esporte e lazer, comunicação, saúde, informática, trabalho e outras (reforço escolar, idiomas, conteúdos variados).

2. Oficinas fomentadas pelo MEC, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural nacional, o enfrentamento da discriminação e do preconceito, o desenvolvimento da cidadania e do protagonismo juvenil. Serão realizadas, entre outras e sempre que possível, oficinas de direitos humanos e cidadania, diversidade e leitura.

Dessa forma, o **Programa Escola Aberta** busca contribuir para a construção da cidadania consciente, responsável e participante, favorecendo a inclusão sociocultural (particularmente do jovem estudante da

⁶ “Se alguém quer que as pessoas participem, deve, antes de mais nada, levá-las a sério. Quando houver desejo real de planejamento participativo, um aspecto metodológico constitui-se em ponto fundamental: recolher o que as pessoas sentem, desejam e pensam da maneira como elas o pensam, desejam e sentem, utilizando as próprias palavras que as pessoas escrevem ou pronunciam. O importante é definir que, para construir um processo participativo com distribuição do poder, não é suficiente pedir sugestões e aproveitar aquelas que pareçam simpáticas ou que coincidam com pensamentos ou expectativas dos que coordenam: é necessário que o plano se construa com o saber, com o querer e com o fazer de todos.” (GANDIN, 2010, p.136).

educação básica das escolas públicas), a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica e, por extensão, a promoção da paz e da melhoria da qualidade de vida da população. Pretende, ainda, transformar a escola em um ambiente mais atuante e presente na vida dos jovens e suas comunidades, promovendo maior diálogo, cooperação e participação entre os alunos, pais e equipes de profissionais que atuam nas escolas, além de contribuir para a complementação de renda das famílias (PROGRAMA ESCOLA ABERTA, 2007, p. 17).

Na realidade, projetos bonitos e ideias no papel são apresentados em larga escala; porém, na prática, poucos funcionam e raros atingem de maneira adequada os objetivos relacionados à formação. É à urgência da diretividade educacional que Rousseau se refere, sendo de suma importância que o educador tenha os objetivos que regem a formação da criança bem definidos.

Exercitar os sentidos não é apenas fazer uso deles, mas aprender a bem julgar através deles é aprender, por assim dizer, a sentir; pois nós não sabemos nem tocar, nem ver, nem ouvir a não ser da maneira como aprendemos (ROUSSEAU 2004, p. 160).

Desde seu nascimento, o ser humano convive intimamente com a educação, no modo de se alimentar, na higiene, etc. Ao dividir a realidade em tópicos diferenciados, estamos apenas usando um recurso intelectual que visa explicitar os fenômenos. Não podemos confundir os esquemas intelectuais com a própria realidade. Pensar e fazer educação fora das condições sociais e históricas é um grave perigo para o homem e pode significar uma ameaça para os destinos da humanidade. Nesse sentido, Streck (2008) declara: “O homem e seu contexto são inseparáveis. Qualquer tentativa de dicotomizar o homem e seu mundo redundará em fracasso de compreender um e outro” (p.62). Neste contexto, encontramos a figura do mestre, importante peça para o funcionamento dessa engrenagem denominada educação.

Assim, observamos questionando sobre onde está a ética do profissional da educação, da comunidade escolar, perguntamos sobre a relação entre os conceitos. Definições sempre aparecem sob a forma de pontos de interrogação, quando se referem ao homem – ser mutante – em relação ao *dever ser* da atividade humana e ao que enxergamos na prática. Por isso, cria-se uma imagem ideal de mestre que, muitas vezes, está distante da realidade: trata-se apenas de uma imagem, um ponto utópico na educação. O discurso nem sempre condiz com a prática, sendo este fato um agravante, quando os professores não conseguem

cumprir o pacto que assumem com a formação. Rousseau em sua obra, *Do Contrato Social ou Princípios de Direito Político*, faz-nos refletir sobre os princípios gerais do direito político, sobre a igualdade, sobre direitos e deveres do cidadão formado, questões gerais que devemos ter presente em qualquer momento de nossa vida, profissional ou familiar.

Por qualquer dos lados que se remonte ao princípio, chega-se sempre à mesma conclusão, a saber, que o pacto social estabelece entre os cidadãos uma tal igualdade que todos se engajam sob as mesmas condições e faz com que todos usufruam dos mesmos direitos. Desse modo, pela natureza do pacto, todo ato de soberania, isto é, todo ato autêntico da vontade geral, obriga ou favorece igualmente todos os cidadãos, de maneira que o soberano conhece apenas o corpo da nação e não distingue nenhum daqueles que a compõem (ROUSSEAU, 2008, p. 51).

A educação escolar tem que exercitar o uso do diálogo na busca de possibilidades de educar. Aqui, também, nesse processo, a hermenêutica apresenta-se como forma de racionalidade, que pode produzir saber. Não podemos reduzir a verdade a uma aplicação metódica, pois sempre estará relacionada ao tempo, uma vez que não se pode separar o sujeito do mundo objetivo.

A educação é, por excelência, o lugar do diálogo, portanto o lugar da palavra e da reflexão, que ultrapassa a apropriação dos conhecimentos para nos conduzir à formação pessoal. Desde que podemos dizer a palavra, estamos em constante conversação com o mundo, instaurando a própria possibilidade de educar (HERMANN, 2002, p. 95).

Não basta, para nós, modificarmos a relação metodológica⁷ professor-aluno para podermos dar conta das novas necessidades da criança, do adolescente, do jovem, hoje. É preciso mudar as estruturas, a forma de avaliar dentro da escola, a forma de tratar os conteúdos, de planejar o trabalho e, principalmente, a forma como a escola se relaciona com o mundo, com a vida e com a comunidade.

Vivemos em uma sociedade globalizada, que se diz democrática⁸, mas é marcada pela exclusão de muitos, entre eles os jovens e os pobres, sociedade em

⁷ “Se os métodos de ensino não são estudados no contexto no qual serão implementados, os futuros professores podem não saber identificar os aspectos essenciais, nem adaptar as estratégias instrucionais que lhes foram apresentadas em termos abstratos à sua matéria específica ou a novas situações” (McDERMOTT, 1990, p. 736).

⁸ “No livro III do Contrato, Capítulo IV, o autor enumera condições para que a democracia aconteça. A virtude, a simplicidade de costumes, igualdade entre classes e fortunas, pouco ou nada de luxo (não foi Marx, mas Rousseau o primeiro defensor da austeridade) e a implantação em um Estado pequeno. A liberdade individual preconizada por Rousseau, a partir das condições postas para que a

que os programas de ajuste econômico, oferecidos pelo governo, impõem metas a serem alcançadas.

A sociedade como um todo convive desde seus primórdios com segregações de diversos tipos e, isto não é fácil de ser mudado de uma hora para outra, nem por alguns poucos. A escola como formadora de cidadãos pode contribuir com diretrizes e subsídios para que o próprio indivíduo, através de sua consciência política saiba transformar esse universo. É preciso que a educação busque resgatar os valores verdadeiros e transmita o real sentido do viver em sociedade e, principalmente, na família. Se a família tiver claro estes valores, com certeza, teremos indivíduos conscientes do seu papel na sociedade, tendo em vista que, através da formação desde tenra idade, o cidadão encontrará meios de superar suas dificuldades, abrir caminhos, ampliar seus horizontes uma vez que, na sociedade capitalista em que vivemos hoje, onde os indivíduos estão centrados em si, encontram-se em busca da própria satisfação e do lucro. A constatação é a de que fomos, paulatinamente, virando máquinas, deixamos o sentimento de lado, esquecemos de *ser*, negligenciamos a parte humana.

O opúsculo de Rousseau é uma crítica feroz e contundente contra a sociedade moderna, é um grito de alerta sobre a exploração do homem pelo homem, sobre a degradação dos valores éticos, é uma sátira contra a sociedade hipócrita e vazia que privilegia o ter, o dominar, o conquistar, mas que nunca soube o que é o ser (MIORANZA, 2007, p. 7).

A comunidade escolar conscientizada de seu papel pode exercer a função voltada para o desenvolvimento da sociedade. Uma formação educacional capaz de desenvolver indivíduos críticos, conscientes, deve ser capaz de integrar a família e as instituições de ensino exatamente porque a educação é um processo que acompanha o indivíduo desde seu nascer. Também aprendemos quando estamos fazendo a caminhada para a escola, no momento em que conversamos com nossos amigos sobre quantas quadras vamos percorrer para chegar à escola, que cores

democracia se efetive, não desembocaria no tipo de democracia liberal que temos hoje. A democracia rousseauiana previra a negativa ao acúmulo de bens, o limite de propriedade, a busca do bem comum em detrimento do luxo e da soberba, e, sobretudo, o não-liberalismo” (OLIVEIRA, 2000, p. 97).

predominam nas fachadas das casas pelas quais passamos, quais estabelecimentos comerciais encontramos em nosso bairro, como é nosso relacionamento com a comunidade. Educação formal e informal entrecruzam-se, conforme o interesse das partes envolvidas no processo educativo.

Quem é o educador-formador desse sujeito humano? Tradicionalmente, essa é tarefa inicial da família, a começar dos pais, passando a outros membros e a todos os adultos que convivem, desde o início, com as crianças. Em segundo lugar, já foi um papel desempenhado pelas comunidades, pois constituíam um corpo educativo formado, principalmente, pelos mais idosos, que preservavam os princípios a serem seguidos por todos os membros da vida comunitária [...] Ora, o que ocorre nos últimos tempos? Assiste-se a uma desintegração dessas unidades educativas. As famílias têm perdido sua hegemonia educativa, na medida em que desestruturam as relações tradicionais entre seus membros. Cada vez mais as pessoas apenas vivem fisicamente próximas, sem qualquer unidade de projetos sociais, de princípios éticos, de trabalho, de dever, de relações. As cidades, por sua vez, se transformaram em simples aglomerações populacionais e não são formas de organização humanitária da vida coletiva (RODRIGUES, 2001 a, p. 253).

O processo da educação deve fazer a interação da escola com seus alunos, pais e professores para que estes saiam para as ruas trazendo, para dentro da escola, a comunidade escolar. Não podemos esquecer que a escola, como o ser humano, é parte do universo em que está inserida. A interação, portanto, tem que ser total. Não é concebível uma escola que desconheça seu entorno.

Rousseau e suas ideias estão em nossa contemporaneidade. Percebemos isto através de suas obras em situações sobre os problemas de seu tempo que nos relata e que vêm ao encontro de nossa realidade, política, econômica e social. Aranha (2006, p. 33) descreve a importância de compreendermos a nossa história.

A educação não pode ser compreendida à margem da história, mas apenas no contexto em que os indivíduos estabelecem entre si as relações de produção da sua própria existência. Desse modo, a educação não é um processo neutro, mas se acha comprometida com a economia e a política de seu tempo.

Em sua *Terceira Caminhada*, Rousseau (2010, p. 27), referindo-se aos resultados registrados em Profissões de fé do vigário saboiano, no Livro IV do Emílio, afirma: “Envelheço aprendendo sempre”, fazendo-nos refletir sobre a capacidade que temos de aprender, pois a natureza fornece os meios para buscarmos, mas “nossas opiniões são a regra de nossas ações” (2010, p. 29). É

também nesta mesma caminhada que Rousseau nos afirma a esperança de que “algum dia pode causar agitação entre os homens se algum dia reinar o bom senso e a boa-fé” (2010, p. 35).

Através de suas obras, o autor ressalta sua trajetória de vida, viagens e reflexões, a vida no campo e também seus momentos de sagacidade e discernimento para enfrentar as dificuldades. Sua caminhada nos reporta à atualidade, quando muitas crianças não convivem com seus pais por conta de uma situação econômica precária. Muitas vezes, nesses casos, a escola pode ser o caminho capaz de conduzir esta criança a pensar e a usar seus sentidos para identificar como deve agir perante a si e ao outro.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Angela; PADILHA, Paulo Roberto. **Educação Cidadã, Educação Integral: fundamentos e práticas**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo, Moderna, 2006.

BIAGGIO, Angela. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral**. São Paulo, Moderna, 2006.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DUSKA, Ronald; WHELAN, Mariellen. **O desenvolvimento moral na idade evolutiva: um guia de Piaget a Kohlberg**. São Paulo: Editora Loyola, 1994.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GARCIA, Pedro Benjamim. Paradigmas em crise e a Educação. In: BRANDÃO, Zaia (Org.). **A crise dos paradigmas e a educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

GHIGGI, Gomercindo. **A pedagogia da autoridade a serviço da liberdade: diálogos com Paulo Freire e professores em formação**. Pelotas, RS: Seiva, 2002.

GUIMARÃES, Daniela (Org.). **Infância e educação infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LAMPERT, Ernani. A Universidade e os novos paradigmas da ciência pós-moderna. In: **A universidade na virada do século XXI: ciência, pesquisa e cidadania**. Porto Alegre: Sulina, 2000. p.25-40.

LARA, Tiago Adão. **Caminhos da Razão no Ocidente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

MENDONÇA, Eduardo Prado de. **O mundo precisa de filosofia**. 11. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora LTDA, 2001.

MIORANZA, Ciro. Apresentação. In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Escala, 2007. p.7.

MUNIZ, Luciana. Naturalmente criança: a educação infantil de uma perspectiva sociocultural. In: KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel; NUNES, Maria Fernanda; GUIMARÃES, Daniela (Orgs.). **Infância e Educação Infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 1999. p.243-268.

NASCIMENTO, Luciana Monteiro do. **Educação Especial**. Indaial: ASSELVI, 2007.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n.76, p. 232-257, Out./2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Jean-Jacques. **A origem da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Escala, 2007.

_____. **Os devaneios do caminhante solitário**. Trad. Julia da Rosa Simões. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

STEIN, Ernildo. **Uma breve introdução à filosofia**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2002.

STRECK, Danilo Romeu. **Rousseau & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VASCONCELOS, Amélia Thereza de Moura. A relação família, escola, comunidade. In: FICHTNER, Nilo (Org). **Transtornos Mentais da infância e da Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p.55-69.

Neiva Afonso Oliveira, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFPel, líder do Grupo FEPraxiS, pesquisa temas ligados à

questão dos paradigmas filosóficos na educação. É autora de Rousseau e Rawls: contrato em duas vias, (EDIPUCRS, 2000) e Propriedade e democracia liberal: um estudo estribado em C.B. Macpherson (EDIPUCRS 2005), além de outros textos relacionados à Filosofia e à educação;

Avelino da Rosa Oliveira, doutor em Educação pela UFRGS, pesquisa temas relativos à filosofia social de Karl Marx, à Teoria Crítica e desenvolve pesquisas e estudos sobre as pedagogias críticas. É professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas. Entre vários artigos e textos publicados, destacam-se os livros Marx e a liberdade (EDIPUCRS,1997) e Marx e a Exclusão (Seiva, 2004);

Patrícia Tarouco Manetti Becker, Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFPel, na Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação (2012), atualmente, é professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental Pinto Bandeira, séries iniciais do ensino fundamental e no Instituto Estadual de Educação Ponche Verde, nas séries finais do ensino fundamental, ambos em Piratini/RS, e Professora-Pesquisadora II na Licenciatura em Pedagogia a Distância (LPD/UFPel);